
Conflitos de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Estadual

Projeto de Lei 436 de 2023 - Deputado Paulo Fiorilo
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Abril de 2025

Doria e ex-secretários vão para o Lide sob vácuo de regra para conflito de interesses

Outro Lado: Empresa nega conflito de interesses sob a justificativa de que os cargos são consultivos e sem remuneração

São Paulo, ao contrário da União, não possuía uma lei específica para regular as situações de conflito de interesse, configurando um vácuo jurídico neste tema.

SÃO PAULO O ex-governador [João Doria](#) e secretários que trabalharam com ele no Governo de São Paulo foram anunciados pelo Lide, empresa fundada pelo ex-tucano, para assumirem funções de conselheiros após deixarem a administração pública, o que, segundo especialistas, abre discussão sobre risco de conflito de interesses.

A legislação estadual é omissa sobre quarentena obrigatória para agentes públicos que migram para a iniciativa privada, diferentemente da norma federal. A ida de dois titulares de secretarias estaduais para a empresa foi divulgada enquanto eles ainda exercem suas atividades no governo.

O conflito de interesses tem traços subjetivos e particulares, segundo os especialistas. Dois dos entrevistados pediram anonimato porque integraram as comissões de ética estadual e federal.

A avaliação comum é que há uma "zona cinzenta" e que a movimentação merece atenção. Uma eventual investigação ou punição ficaria limitada em razão do vácuo normativo e só ocorreria diante de denúncia fundamentada.

Apresentação do projeto

Sabendo que a busca de mecanismos legais que aumentem os padrões de integridade dos agentes públicos no desempenho de suas funções constitui tema de alta relevância na Administração Pública Estadual, apresentamos o projeto, **espelhado na Lei Federal n. 12.813/2013.**

Projeto foi apresentado em 01/04/2023. Não recebeu emendas de pauta. Ingressou nas comissões para relatoria e voto. Em 05/2023, foi distribuído ao Relator Deputado Conte Lopes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJR), que deu **parecer favorável**. Em setembro de 2023, foi pautado na CCJR, mas concedida vista ao Deputado Lucas Bove. Desde então, não prosseguiu tramitação.

Objetivos do projeto

1. Regular **situações de conflito de interesses** envolvendo agentes públicos do Poder Executivo Estadual.
2. Definir **requisitos e restrições** para ocupantes de cargos que tenham acesso a informações privilegiadas.
3. Estabelecer **impedimentos após o exercício do cargo** ou emprego.
4. Determinar as **competências** para fiscalização e prevenção de conflitos de interesses.

Definições do projeto

A quem se aplica a proposta?

Secretários de Estado; cargos de natureza especial ou equivalentes; **Presidentes, vice-presidentes e diretores** de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; e outros agentes que tenham acesso a informações privilegiadas, ainda que estejam em gozo de licença ou afastamento.

O que é conflito de interesses?

É a situação gerada pelo **confronto entre interesses públicos e privados**, que possa **comprometer o interesse coletivo** ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

O que é informação privilegiada?

É a que diz respeito a **assuntos sigilosos** ou aquela **relevante ao processo de decisão** no âmbito do Poder Executivo Estadual que tenha **repercussão econômica ou financeira** e que não seja de amplo conhecimento público.

Situações que configuram conflito de interesses

1. **Uso indevido de informação privilegiada** – divulgar ou utilizar informações sigilosas para benefício próprio ou de terceiros.
2. **Atuação incompatível** – exercer atividades que possam comprometer a imparcialidade do agente público.
3. **Intermediação de interesses privados** – atuar como procurador, consultor ou assessor de interesses privados dentro da Administração Pública.
4. **Benefício pessoal em decisões públicas** – praticar atos que favoreçam entidades ou empresas ligadas ao próprio agente, cônjuge ou parentes até terceiro grau.
5. **Recebimento de presentes ou vantagens indevidas** – aceitar benefícios de pessoas ou empresas que tenham interesse em decisões do agente público.
6. **Atuação em empresas fiscalizadas** – prestar serviços a empresas reguladas ou fiscalizadas pelo órgão onde atua.

*A ocorrência de conflito de interesses **independe da existência de lesão ao patrimônio público**, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.*

Conflito de interesses após o exercício do cargo

1. **Uso de informação privilegiada:** proibido divulgar ou utilizar informações obtidas durante o cargo a qualquer tempo.
2. **Restrições no período de 6 (seis) meses,** salvo quando expressamente autorizado pela Comissão Geral de Ética ou pela Controladoria Geral do Estado
 - **Prestação de serviços:** vedado atuar para pessoas ou empresas com quem manteve relação profissional no cargo.
 - **Ocupação de cargos:** não pode assumir funções de administrador, conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com entidades relacionadas à sua antiga área de atuação.
 - **Contratos com o estado:** proibida a celebração de contratos de consultoria, assessoramento ou atividades similares com órgãos do Executivo.
 - **Intervenção em interesses privados:** não pode atuar direta ou indiretamente em favor de interesses privados perante órgãos onde trabalhou ou com os quais teve relação relevante.

Fiscalização e avaliação do conflito de interesses

A **Comissão Geral de Ética** (criada pelo Decreto n. 57.500 de 2011) e a **Controladoria Geral do Estado** (criada pela Lei Complementar n.º 1.361 de 2021 e reorganizada em 2024) têm as seguintes atribuições:

- Estabelecer normas e mecanismos para prevenir conflitos de interesses;
- Avaliar e fiscalizar casos de conflito de interesses e adotar medidas preventivas;
- Esclarecer dúvidas sobre as normas aplicáveis;
- Analisar consultas sobre a existência de conflito de interesses;
- Autorizar o exercício de atividades privadas quando não houver conflito;
- Dispensar ex-ocupantes de cargos da quarentena de 6 meses, se irrelevante;
- Regular a comunicação de alterações patrimoniais e recebimento de propostas privadas;
- Fiscalizar a divulgação da agenda de compromissos públicos.

A **Comissão Geral de Ética** atuará nos casos que envolvam os **Secretários, cargos de natureza especial e presidentes, vice-presidentes e diretores de autarquias, fundações e empresas públicas**. A **Controladoria** atuará sobre os demais casos.

Obrigações dos agentes públicos

Os agentes públicos abrangidos pela lei, inclusive aqueles que se encontram em gozo de licença ou em período de afastamento, deverão:

- **Informar à Comissão Geral de Ética ou à CGE**, por declaração anual, **situação patrimonial, participações societárias e relações familiares que possam gerar conflito de interesses.**
- **Notificar previamente à Comissão Geral de Ética** ou à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade respectivos as **atividades privadas e propostas de trabalho que receber, inclusive após deixar o cargo, no prazo da quarentena de seis meses.**
- **Responsabilidade das unidades de RH:** **identificar possíveis conflitos e informar à** Controladoria Geral do Estado.
- **Divulgação da agenda pública:** compromissos devem ser publicados diariamente na internet.

O agente público que praticar os atos de conflitos de interesse previstos na Lei incorre em **improbidade administrativa, conforme previsto na Lei de Improbidade.**

O disposto nesta Lei **não afasta a aplicabilidade do Estatuto dos Servidores Públicos civis**, especialmente no que se refere à **apuração das responsabilidades e possível aplicação de sanção em razão de prática de ato que configure conflito de interesses ou ato de improbidade** previstos no Estatuto.

Aprimoramentos

- Será preciso **prever os recursos necessários** para o pagamento das despesas decorrentes da Lei. O salário de um secretário é R\$ 31 mil. Orçamento do estado é previsto em **R\$ 372 bilhões em 2025**, um crescimento de 13,5% em relação a 2024. **Orçamento da Controladoria Geral do Estado passou de R\$ 60 milhões em 2024 para R\$ 128 milhões em 2025 (+113%)**. No primeiro bimestre de 2025, estado já arrecadou 19% do total da receita de impostos prevista para todo o ano.
- Discutir melhor o que pode se configurar **potencial conflito de interesses**;
- Comissão Geral de Ética pode ter **competências sobrepostas** àquelas da Controladoria Geral do Estado;
- **Controladoria passou por uma reorganização em 2024**, já após o protocolo do projeto. Ajustes precisam ser feitos à luz da nova configuração.

Obrigado!

paulofiorilo@al.sp.gov.br
(11) 3886-6663/6667

 PAULOFIORILOSP  FIORILOPAULO  (11) 97232-1113  PAULOFIORILO